revista ANTHROPOLÓGICAS
Ano 24, 31(1): 308-316, 2020

Ambientes e Saberes em Conflito: a experiência social indígena em tempos de COVID-19

Entrevista com Eliene Putira Sacuena (PPGA/UFPA) e Elisa Urbano Ramos (PPGA/UFPE)

Hugo Menezes Neto[a]
Francisco Sá Barreto[b]
Alex Vailati[c]

Eliene Putira Sacuena é doutoranda em Antropologia (PPGA/UFPA) e indígena da etnia Baré, da região do Rio Negro, no estado do Amazonas. Elisa Urbano Ramos, ou Elisa Pankararu, é mestra em Antropologia (PPGA/UFPE), indígena da etnia Pankararu, no sertão pernambucano. As pesquisadoras foram entrevistadas pelos professores do PPGA/UFPE Hugo Menezes Neto, Francisco Sá Barreto e Alex Vailati, em abril de 2020, para o Programa de Extensão Museológicas Podcast, com o objetivo de pautar a experiência social indígena frente à pandemia do novo Coronavírus. Elas responderam a duas perguntas de largo alcance dissertativo, relacionando a COVID-19 às epidemias que assolaram e assolam os povos indígenas desde 1500, e também a

a Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE). hugo.menezesnt@ufpe.br.

b Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE) francisco.bsantos@ufpe.br.

c Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE). alex.vailati@ufpe.br.

outras 'doenças' enfrentadas pelos povos indígenas, como as invasões aos seus territórios, a presença nociva dos garimpeiros e madeireiros, a devastação ambiental, a política antidemocrática e a perda de direitos conquistados.

Quais os desafios enfrentados pelos povos indígenas diante da pandemia do COVID-19?

Eliene Putira Sacuena – Para falar sobre isso, a gente precisa lembrar os contextos pelos quais nós, povos indígenas, passamos desde a invasão do Brasil. Desde a invasão do Brasil essa questão biológica é responsável pelo genocídio de povos indígenas. Mais uma vez, a gente se depara com uma realidade que não faz parte do nosso contexto cultural, da nossa medicina tradicional indígena. A gente lembra que, com a invasão do Brasil, chegaram a varíola, a caxumba, a varicela, a gripe, cólera, malária, e até hoje a gente tem essas infecções, essas doenças que acabam trazendo mortes para os nossos povos. Hoje nós somos aproximadamente 850 mil indígenas e existe um cálculo de que nós éramos mais de 5 milhões. Somos 305 etnias, falamos mais de 274 línguas e tudo isso está em perigo. A gente tem que pensar também que, em 2016, com o H1N1, houve a morte de centenas de indígenas também, principalmente do povo Guarani, na região do Sul do país. Então, a gente tem já uma experiência; no novo século não é tão diferente da época da invasão do Brasil.

Essa doença pode, depois da invasão, gerar um dos maiores genocídios, porque nem os próprios não indígenas conseguem lidar ainda com ela. O nosso sistema imunológico é totalmente diferente do não indígena. A gente já tem problemas muito sérios dentro das nossas comunidades, que estão relacionadas à questão da anemia e da parasitologia. A gente ainda tem desnutrição nas comunidades indígenas, doenças crônicas, pessoas que são de grupos de risco nessa pandemia: nossos velhos e nossas velhas, que, para nós, são o nosso patrimônio,

são nossos livros. Essa doença entra pelos rios, entra pelas estradas, e ela consegue uma contaminação pelo ar.

Hoje, a gente está aqui para falar sobre isso para as nossas comunidades. Antes, há 520 anos, nós não sabíamos como funcionava, nós não tínhamos como lidar com doenças que eram totalmente desconhecidas para nós, povos indígenas. Nós não sabíamos entender o que o não indígena está falando, hoje é diferente. Hoje eu posso falar com meu povo e usar a tecnologia do não indígena, e informar a ele o que está acontecendo. Todos nós, indígenas profissionais de saúde, independentemente de sua graduação, começamos a ter o entendimento e passamos isso para a sua comunidade; isso é positivo. Essas informações são necessárias para não acontecer o genocídio dos nossos povos. Eu lembro que, durante minha dissertação, eu conversei com minha avó e ela dizia que essas doenças do branco entravam pelo rio. A monografia do meu pai (ele morreu em 2008, mas deixou um TCC em Sociologia na UFAM), fala sobre a entrada e o auge da borracha no Rio Negro, quando os nordestinos chegaram, eu pude perceber que a fala da minha avó, sobre a doença entrar pelo rio, estava relacionada à exploração da borracha, da piaçava, do cipó dentro do território do Rio Negro. As doenças relacionadas ao Corona vírus, que podem levar indígenas a falecerem por COVID-19, no território do Rio Negro, também têm entrado pelo rio. Nós não temos estrutura de saúde para lidar com isso.

Nós não temos a discussão da diversidade da Amazônia. Tudo é planejado de cima para baixo, ainda. Eu vejo os distritos de saúde indígena trabalhando muito, mas são batalhas muito isoladas. Eu não vejo os governos estaduais falando dos povos indígenas, os pronunciamentos, e nós somos invisibilizados pelo sistema político antidemocrático do Brasil, como se nós não fizéssemos parte. Talvez seja por isso que os não indígenas não gostem que a gente use a palavra 'nação'. Quando a gente usa 'nação indígena', é muito forte. As pessoas ainda não entenderam a importância de estarmos aqui hoje e nos reconhecermos como povos originários.

O não indígena não consegue entender que os nossos velhos têm um valor muito maior na nossa cosmogenia, que está além do que é capital. Se um velho nosso morrer é como se acabasse uma parte da nossa história. A gente não está falando de valores econômicos, a gente está falando de valores espirituais, de valores educacionais, de valores de saberes, de entendimentos do que é a humanidade.

Hoje, na Antropologia, eu digo que eu não discuto natureza e sociedade, é muito vago, deixa muitos saberes de fora. Na minha visão, enquanto indígena da etnia Baré que eu sou, eu discuto natureza-humanidade, pois quando eu discuto natureza e sociedade eu tenho que dizer o que é humano e o que é não humano. Na humanidade para nós, enquanto povos indígenas, não existe divisão, nós somos humanidades. Aquela árvore tem o mesmo valor que eu, aquele rio tem o mesmo valor que eu. Os nossos velhos têm valores superiores, maiores que qualquer outro ser para nós. Temos que pensar, em termos de pandemia, nos valores. Os valores somos nós, são as vidas, não só o ser humano, mas uma humanidade em conjunto. Essa humanidade precisa ser valorizada pelos não

Está na hora do mundo rever, a natureza está pedindo socorro há muito tempo. Nós estamos lutando desde a invasão do Brasil; meus ancestrais lutaram para eu estar aqui hoje; o meu povo resistiu para eu existir hoje; o meu povo resistiu na sua língua para que eu aprendesse a língua portuguesa para a gente conversar e vocês entenderem o que a gente quer falar. E isso é dolorido para a gente.

Essa doença faz pensar: "o que é o bem viver dos povos indígenas?". Nas nossas comunidades, as crianças são livres, nós vamos quantas vezes quisermos para os rios. Lá, a gente vai brincar e tomar banho. A gente não vai mais poder tomar banho no rio como se tomava. Isso é dolorido. Essa doença está envolvendo nossas práticas culturais. Nossos pajés começam a fazer seus rituais, e como fazer um ritual se tu não podes ter contato com o outro? Mas nós vamos vencer porque a gente já passou por tanta coisa juntos: invasão, genocídio, etnocídio...

Elisa Urbano Ramos – Eu estou aqui na aldeia, no sertão de Pernambuco, tentando nos isolar o tanto quanto pudermos da sociedade lá fora. Essa COVID-19 é um elemento novo e estranho nas nossas vidas. De repente, nós estávamos aqui na aldeia pensando currículo intercultural, organização de mulheres, e, especialmente aqui no povo Pakararu, estávamos saindo da nossa tradição, a 'corrida do Umbu', quando esse elemento novo pula da tela da televisão e invade nosso território, invade a nossa forma coletiva de viver.

Eu costumo falar a partir de um contexto histórico. Não dá para a gente não estar relacionando essa pandemia com outras epidemias na história do nosso país: a chegada do colonizador, do explorador, que aqui chega em 1500 e com ele traz várias doenças. Ao longo desses cinco séculos e duas décadas várias epidemias destruíram quase nações inteiras no nosso país. Ainda hoje continuam de Norte a Sul desse país essas mesmas epidemias massacrando o nosso povo: COVID-19, gripes, invasões, explorações.

Nossos povos têm seus próprios sistemas de saúde e esses sistemas próprios da medicina tradicional, do conviver com a natureza, de conviver com as pessoas, com as plantas, com a árvore, com as pedras, essa forma de fazer a própria cura, esse sistema é invadido por outros sistemas que colocam suas doenças em nossos povos. Então esse sistema (invasor) tem por obrigação curar as mazelas que ele mesmo trouxe. Aí entra em cena o contexto da política pública de saúde, nas quais nossos parentes têm seus direitos negados e violados.

Nós somos da vivência coletiva. Nós estaríamos realizando nossos rituais. Nós somos um povo que costuma juntar cem, duzentas, trezentas, mil pessoas, e estarmos ao mesmo tempo nos alimentando, cantando, dançando ou realizando nossos rituais sagrados. Então, como dizer aos nossos idosos para não se aproximar? Nós não temos esse hábito de ficarmos separados uns dos outros, de almoçar separado, de rezar separado. A gente é de estar no terreiro, na roça, nas nossas serras, nas nossas fontes, juntos. De um lado, a nossa forma de viver indígena, a nossa forma de ser Pankararu, de outro lado, vêm

os elementos externos, como perigo que nos rodeia. Há o medo de contrair uma doença porque sabemos que se um de nós for infectado metade da população pode ir embora, muitos não ficarão para contar a história. A gente vai pensando: como o ensinamento dos nossos antepassados nos ensina a lidar com essa situação? Como os nossos profissionais de saúde, como curandeiros, pajés, mulheres da tradição, os nossos mais velhos, vão agir diante desse desafio que é esse conjunto de elementos externos? Tudo isso, depois, não será só lembrança, haverá sequelas, mas, nós estamos unidos.

Alguns grupos indígenas têm fechado suas fronteiras e impedindo o trânsito para a comunidade externa a fim de proteger seus povos dos riscos do contágio. De certa forma, esse parece ser um advento a partir do qual os povos indígenas estão reafirmando a luta pela terra e pela mais firme demarcação das terras indígenas. É um momento que evidencia mais ainda a necessidade de reforçar a luta pelas terras e pelos direitos indígenas no Brasil?

Eliene Putira Sacuena – Falar sobre a proteção dos nossos territórios é dizer que a gente já faz essa luta há muito tempo. Mas, agora, se tornou algo muito necessário; é uma estratégia de defesa de cada etnia, de cada povo, da humanidade, do que nós definimos como humanidade. Aqui no estado do Pará algumas pessoas se utilizam do momento para invadir nossos territórios. Quando a gente passa a proteger nosso território contra algo muito complexo, que é a COVID-19, a gente se depara com os invasores. Essas invasões todas já tinham sido denunciadas há muito tempo. Ali com os Yanomamis, aqui no Pará com os Arawetés, Xikrins, Assurinis, todos esses povos já tinham feito denúncias, inclusive internacionais. Primeira coisa que a gente tem que pensar é que estamos num momento histórico muito ruim. Um país que está sendo desgovernado. Não que isso não tenha acontecido em outros governos também. Só que esse, desde o início, falou que nós seríamos alvo.

Pela demarcação de terra, era para eu estar lá no médio Rio Negro, no estado do Amazonas, e não aqui no estado do Pará. *A priori* é: "vocês querem terra, vocês têm que ficar lá". Acontece que para nós, povos indígenas, território é algo que está além da demarcação de terra. É algo muito maior. A demarcação de terra pode, de repente, demarcar e colocar uma árvore sagrada do meu povo para fora. Só que, para nós, não existe essa linha, porque essa árvore continua fazendo parte do meu território. O território, ele é um contexto complexo que nós precisamos o tempo todo estar cuidando. Mas esse cuidar está muito além de colocar uma cerca, um muro. Acredito que a reafirmação dessa demarcação de terra, no momento em que vivemos, é necessária. Nossos mais velhos souberam se apropriar muito bem da demarcação de terra, mas a gente fala sobre demarcação de terra sem deixar de falar sobre território. Porque não são metros quadrados, não são lotes, não é soja, não é gado, é humanidade. Cada árvore tombada somos nós tombados, cada rio que seca somos nós secando. Não é: "vamos demarcar para eles tantos lotes de terra". Nós mesmos podemos fazer nossa autodemarcação, porque cada um de nós, cada povo, sabe até onde vai o limite do seu território. Se a FUNAI respeitasse esse processo, entenderia melhor o que seria território indígena. Nós sabemos até onde vai, nós sabemos o limite do outro. A gente sabe que daquele igarapé em diante é outro povo. A gente sabe que todos nós podemos compartilhar do mesmo rio, o rio não se divide, o rio é sagrado. E quando a gente tem autodemarcação não significa dizer que o outro parente não pode ir lá. Os nossos territórios, eles são sagrados, toda a humanidade é sagrada, falamos em território sagrado com humanos e não humanos.

Elisa Urbano Ramos – Nós temos visões semelhantes sobre território, sentimentos semelhantes. Vou usar o território Pankararu como exemplo. Nós falamos de 14.294 hectares. Isso foi estipulado pelo não indígena, mas, para o nosso povo, para meus avós e tataravós, as cachoeiras são a morada das nossas pessoas invisíveis, dos nossos espí-

ritos sagrados. No Rio São Francisco, na Cachoeira de Paulo Afonso tem parentes nossos morando. Fechar nossos territórios para que não sejam invadidos por uma epidemia, também estaremos protegendo as nossas serras. Como fazer aquele fazendeiro que só entende de plantar e criar para o seu enriquecimento, entender que determinada árvore é a morada de um ser invisível? Como fazer entender que determinada pedra que está em determinado local, é território? Esse território é para além da extensão demarcada.

A problemática da terra aqui no Nordeste piora com decisões do Estado Brasileiro que legitima invasões, vendas de terras indígenas, violência contra os nossos parentes. Nunca houve tanta violação quanto nos últimos dois anos, nunca aconteceu tanta violência explícita de Norte a Sul desse país como nos últimos anos. O racismo contra os povos indígenas é terrível e se estende pela questão religiosa, pela questão epistemológica, pela questão de cor, de gênero. Nossos caciques, parteiras, nossas crianças e jovens, homens e mulheres, precisam fazer essa reflexão de que nós estamos num Estado que legitima toda forma de violência contra nossos povos e que isso é histórico, é cultural deles. Não nos pertencem certas culturas, nossos antepassados não nos deixaram certos maus costumes: o mau costume da ganância, do capitalismo, do machismo, principalmente do racismo e do patriarcado. Cada uma dessas mazelas está ligada a essa pandemia. A pandemia está ligada à negação dos nossos territórios, no sentido físico, cultural e espiritual, de uma subsistência, sobrevivência de culturas, de corpos e, sobretudo de uma espiritualidade; de uma pandemia que rompe com nossos sistemas de saúde próprios, que rompe com nossos sistemas de educação próprios, com a vida das nossas mulheres.

Nós temos falado muito sobre como as nossas mulheres têm vivenciado os desafios desse momento de pandemia. A gente tem falado de violência de gênero como mazelas da colonização que mexe, que ofende e que viola as nossas formas de viver em harmonia uns com os outros – homens com mulheres, velhos com crianças, pessoas com árvores. Essas violações deixam os nossos seres invisíveis tristes, porque

nos oprimem, nos machucam, nos violentam. Nós, aqui no Nordeste, sentimos a mesma dor que sentem os nossos parentes no Norte, no Sul, no Centro-Oeste. Dói nos nossos corações e essa dor a gente transforma em força para defender nossos territórios, a morada dos nossos antepassados que estão morando aqui conosco. Não queremos que destruam a nossa morada enquanto seres físicos e a deles enquanto seres espirituais. Nós estamos atentos, acordados e falando uns aos outros para além dos nossos territórios.

Recebido em maio 2020.
Aprovado em agosto 2020.